

CARACTERIZAÇÃO SOCIODINÂMICA DA COMERCIALIZAÇÃO DO ARTESANATO KAINGANG NA TERRA INDÍGENA DE GUARITA.

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Cerro Largo.

Aluno: **Zico Ribeiro**

Orientador: **Cesar de Miranda Lemos**
Coorientador: **José M. Palazuelos Ballivian**

Cerro Largo RS, agosto de 2013.

Banca examinadora:

Cesar de Miranda e Lemos – Historiador, Dr., Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). (Orientador)

Letícia de Faria Ferreira - Antropóloga, Dr., Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/CPDA (UFRRJ).

Luiz Antonio Farani de Souza – Engenheiro Civil, Dr., Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Reneo Pedro Prediger - Ciência da Computação, MSc., pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. OBJETIVOS	7
2.1 Objetivo geral	7
2.2 Objetivos específicos	7
3. REFERENCIAL TEÓRICO	8
3.1 O Povo indígena Kaingang	8
3.2 A terra indígena de Guarita	9
3.3 A importância da atividade artesanal para os povos indígenas	10
3.4 Artesanato Kaingang expressões e valores	11
3.5 A atividade artesanal na comunidade indígena de Guarita	11
3.6 Caracterização de mercado justo e solidário	12
3.7 Território e territorialidade	13
3.8 Identidade étnica	14
3.9 Sustentabilidade étnica ou etnodesenvolvimento	14
4. REFERENCIAL METODOLÓGICO	16
4.1 Metodologia de pesquisa	16
4.2 Local/ contexto do estudo	17
4.3 Coleta de dados	17
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	19
5.1 Identificação caracterização dos artesãos	19
5.2 Em relação à saída das famílias para a comercialização	19
5.3 Relevância da atividade artesanal em comparação com outras atividades	21
5.4 Em relação aos produtos confeccionados, tipos tamanhos valor agregado	22
5.5 As políticas públicas existentes	24
5.6 Perfil do consumidor	25
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
7. BIBLIOGRAFIA	29
8. ANEXOS	31

RESUMO.

O artesanato é uma importante atividade cultural e econômica de comunidades indígenas da Região Noroeste do RS. Diante disto, este trabalho teve como objetivos avaliar os diferentes processos que desenvolvem a atividade artesanal no segmento da comercialização, desenvolvida pelo povo indígena Kaingang na terra indígena Guarita. A atividade artesanal na aldeia tem se intensificado nos últimos períodos da mesma forma que o número de famílias que passaram a se dedicar a essa atividade de diferentes formas também aumentou caracterizando um processo importante na afirmação da atividade como fonte econômica para estas. O estudo buscou descrever as diferentes formas e processos que envolvem essa dinamicidade e através do conhecimento e analogia dos conceitos principalmente de sustentabilidade econômica, identidade étnica cultural, socioeconomia solidaria, valor agregado pode-se fazer essa caracterização. O estudo apontou importantes e distintas informações como a grande satisfação das famílias com a atividade de trabalho ao mesmo tempo cultural de um povo indígena como forma de expressão e manifestação com significativa opção de geração de renda e a necessidade de se estabelecer metodologias de valor agregado de produto como forma de fortalecimento para um caráter econômico.

Palavras chave: artesanato, Kaingang, comércio, sustentabilidade, valor agregado.

ABSTRACT.

The craft is an important cultural and economic activity of indigenous communities in the Northwest region of the RS. In view of this, this study aimed to evaluate the different processes that develop craft activity in the segment of the market, developed by indigenous people in Kaingang indigenous land Guardhouse. The craft activity in the village has intensified in recent periods in the same way that the number of families who came to engage in this activity also increased in different forms featuring an important process in the assertion of economic activity as a source for these. The study sought to describe the different forms and processes that involve dynamics and through knowledge of concepts and analogy mainly economic, ethnic identity, cultural, socioeconomic solidarity, value added can make this characterization. The study found significant and distinct information as the great satisfaction of families with work activity while culture of an indigenous people as a form of expression and manifestation with significant option for income generation and the need to establish methodologies for value-added product as a form of empowerment for economic character.

Keywords: crafts, Kaingang, trade, sustainability, value.

1. INTRODUÇÃO.

A terra indígena de Guarita está localizada na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul e compreende 23.406,87 hectares de área. Está dividida em 13 setores, que abrange os municípios de Redentora, Tenente Portela e Erval Seco, onde residem 7.000 índios. É a maior área Kaingang em extensão do estado e uma das mais populosas do país, também abriga 80 famílias de índios Guaranis (Ribeiro, 2010).

A maioria das famílias sobrevive através de agricultura de subsistência sendo algumas poucas que praticam agricultura comercial de grãos em pequena escala de produção. As principais fontes que compõem a renda das famílias são: a agricultura, programas de assistência social (bolsa família), aposentadorias, e o artesanato.

A atividade artesanal esteve sempre presente no cotidiano dos povos indígenas sobretudo como atividade culturalmente desenvolvida para rituais místicos, envolvendo o trabalho, familiar e o emprego de matérias-primas de caça e pesca, entre outras de diferentes usos no cotidiano das comunidades indígenas.

Já nos últimos anos, também influenciado pela relação de contato interétnico, essa atividade passou a se caracterizar como uma alternativa muito interessante do ponto de vista comercial para os artesãos indígenas, influenciado pelo mercado de consumo apreciador de artigos que se utilizam de matéria prima vegetal sem transformação e operação industrial¹. Isso é verificado quando a forma tradicional de produzir o artesanato, ou seja, já não somente para um instrumento de uso essencial indígena se modela e direciona para um objetivo comercial, pois a partir do momento em que o artesão também sai de um sistema *simples*² de troca de seus produtos artesanais por especiarias como roupa ou comida é que se caracteriza um novo modelo de sistema na cadeia produtiva do artesanato indígena.

O artesanato garante o sustento de muitas famílias da comunidade e, em muitos casos, chega a ser a atividade principal e quase que exclusiva na geração de renda

¹Categorias de valor agregado, como a atividade artesanal, tornaram-se o principal meio de obtenção de renda/capital de inúmeras famílias e através desse processo é que se intensificou a produção para fins comerciais.

²Para Marx K. 1998. No processo de *troca simples* produz-se mercadorias para venda com intuito de se adquirir outras mercadorias para o uso.

através do trabalho familiar-coletivo³. A diversidade de modelos produzidos atendem tanto o consumidor rural do interior dos municípios, como o consumidor urbano das médias e grandes cidades.

Diante do cenário atual estabelecido de grande ênfase a atividade artesanal como opção econômica para a geração de renda às famílias kaingang associado ao aumento considerado de famílias nessa atividade, surgiu como problema de pesquisa desenvolver um método de análise considerando a economia a ciência que estuda os processos de produção, distribuição, comercialização e consumo de bens e serviços. Surge uma pergunta: Qual é o tipo de economia praticada pelas famílias artesãs kaingang? Precisamos demonstrar que, além da predominância de uma economia capitalista de livre mercado em nossa sociedade, existem simultaneamente outros tipos de economia praticadas, e mais especificamente, durante a comercialização do artesanato indígena.

A presente pesquisa buscou prioritariamente analisar o segmento da economia que é gerada através do artesanato e, mais especificamente, dos processos de comercialização que fazem parte da complexa cadeia ou rede do artesanato da comunidade Kaingang na aldeia indígena de Guarita.

³O processo do artesanato passa por momentos de trabalho familiar e outros mais grupais ou de grupo.

2. OBJETIVOS.

2.1 Objetivo geral.

Descrever e analisar, na comunidade kaingang da aldeia de Guarita - RS, as estratégias, lógicas e adaptações que vem sendo desenvolvidas para a geração de renda através da atividade artesanal, numa perspectiva de sustentabilidade socioeconômica.

2.2 Objetivos específicos.

- Caracterização do produtor (identificação de artesãos, organização, vínculos e relações de trabalho);

- Caracterização do produto (tipos e modelos de artesanato, processos e acabamentos);

- Caracterização da comercialização, num contexto capitalista, estratégias de manutenção/sobrevivência frente aos mercados convencionais/formais, informais e alternativos; épocas e locais (mobilidade espaço-temporal);

- Caracterização do consumidor (demandas, interações e relação artesão-consumidor, classes sociais, preconceitos,...);

- Identificar dentro da dinâmica desenvolvida pelos Kaingang na atividade artesanal como os conceitos de: sustentabilidade étnica, identidade étnica, economia solidária/comércio justo, exercício de territorialidade, são manifestados e possam ser caracterizados nesse processo;

Esta nova informação poderá servir de orientação aos agentes encarregados das políticas públicas e aos próprios artesãos para a tomada de decisões direcionadas para a atividade artesanal na aldeia de Guarita.

3. REFERENCIAL TEÓRICO.

3.1 O povo indígena Kaingang.

O povo indígena Kaingang predomina no Sul do Brasil, interior dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Corresponde, em números de população, ao primeiro Povo do tronco linguístico Macro-Jê e ao terceiro povo indígena do território brasileiro⁴. Destaca-se pela resistência frente ao longo tempo de contato com a sociedade envolvente.

Sua cultura desenvolveu-se à sombra das matas de araucária, pinheiro típico da região sul do Brasil, que fornecia alimento nutritivo e que foi importante na sua alimentação, além de ser o símbolo da cultura Kaingang (BECKER, 1975).

O Povo Kaingang está estimado em 45.000 indígenas (IBGE 2010), dos quais a maior parte habita o Estado do RS e se encontram distribuídos nas terras demarcadas e acampamentos indígenas, em porções de terras que constituem uma pequena parcela de seus antigos territórios. Muitos também vivem em cidades, para onde foram na intenção de vender o seu artesanato, ou na busca de trabalho, uma vez que nas reservas não encontram alternativas. Este é o fenômeno dos chamados índios urbanos, que aumentam em número, porque muitas famílias de origem indígena se encontram nas cidades e estão se identificando em sua identidade étnica.

Assim, devido ao intenso processo de contato intercultural as comunidades Kaingang, refletem uma série de mudanças em sua cultura, que, no entanto se mantém, pois, “a cultura sendo dinâmica, não perde, simplesmente elementos, e sim, inclui novos elementos, fazendo arranjos, misturas, se recriando permanentemente” (MATTE, 2005). Após muitos anos, a resistência é símbolo da luta Kaingang pela valorização de sua cultura e busca de sustentabilidade de seu povo. É uma pena, pois a cultura Kaingang, tão nobre, agora precisa garimpar os elementos positivos da cultura colonialista que podem lhe ser útil.

⁴http://portalkaingang.org/index_povo_1default.htm . acesso em 20/05/2013.

A análise sobre a organização social e a política Kaingang considera profundas influências produzidas pela violenta história, convencionada como “modelo tradicional” e “modelo atual”. É uma herança muito forte presente hoje em algumas aldeias, através de distorções políticas, corrupção, abuso de autoridade etc., das autoridades indígenas internas.

Em consequência disso, se presencia uma insatisfação com o sistema em que se vive.

As relações sócio-econômicas que se firmaram, além da exclusão, a homogeneização provocada pela massificação cultural, acaba por destruir culturas étnicas, provocando uma crise de identidade social. Esta crise leva a uma perda de sentido à medida que se destroem as formas de vida tradicional, sem dar condições de reintegrá-los a uma vida social que permita realizarem-se satisfatoriamente. Daí as reações múltiplas que retratam um sistema que, se não está prestes a desintegrar-se, submete-se a uma colonização culturalmente estéril, sem dar condições aos atores sociais de reagirem aos meios de comunicação de massa regidos pela indústria cultural, exceto no padrão-consumo (BRANDENBURG, 1998).

3.2 A Terra indígena de Guarita.

A Reserva Indígena de Guarita está localizada na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul e compreende 23.406,87 hectares de área, com cobertura de mata primária de 51,18%, mata secundária 20,52%, capoeira 18,17%, uso agrícola 8,59% e solo exposto 1,54%, com diferentes modos de utilização pela comunidade indígena (SOMPRÉ, 2007).

É dividida em 13 setores, que abrange os municípios de Redentora e Tenente Portela, onde residem 7.000 índios. É a maior área Kaingang em extensão do estado e a mais populosa do país e também abriga 80 famílias de índios Guaranis.

A grande maioria das famílias sobrevive através de agricultura de subsistência, sendo algumas poucas que praticam agricultura comercial de grãos em pequena escala de produção. As principais fontes que compõem a renda das famílias são a agricultura, programas de assistência social (bolsa família), aposentadorias e o artesanato. Algumas pessoas da comunidade conseguem emprego na comunidade como professores, agentes de saúde, funcionários de escolas e outros trabalham como diaristas fora da aldeia em diversas atividades, ou até mesmo conseguem emprego nas cidades próximas da aldeia.

A demarcação do território de Guarita ocorreu em 1918, e diferentemente de diversas reservas indígenas do RS, Guarita não teve a sua área reduzida após esta demarcação. Em cumprimento ao disposto da Constituição Federal de 1988, a área de

Guarita foi homologada pelo Presidente da República em 1991 (FUNAI⁵. *apud* MATTE, 2005).

A produção agrícola de grãos também é uma das atividades presentes na aldeia entre algumas famílias que se dedicam a tal finalidade. Também caracterizada pela forma de produção e o grau de intensidade onde a maior parte das famílias a pratica mais pela subsistência e venda do excedente. As principais culturas produzidas para o comércio são milho, trigo e soja, em maior escala. Para a subsistência produzem feijão, mandioca, batata doce, abóbora, entre outras.

A diferença das formas de produção estaria na distribuição das áreas de cultivo. Uma pequena parte das famílias da terra indígena usufrui das terras maiores e melhores para o cultivo. O processo de distribuição é familiar. O direito de uso da terra é dado para a família que desbravou a mata ou se apossou de áreas abertas. Esse direito foi cedido pelo Serviço de Proteção ao Índio – SPI, que administrava as reservas indígenas sobre forma de arrendamento e exploração de madeira em 1941 (SIMONIAM, 1980), e depois, em 1967, pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Gradativamente as famílias se apropriaram de áreas de terra seguindo uma ordem hierárquica de afinidade ou de parentesco com as lideranças indígenas, porém na ausência da disponibilidade de recursos próprios o arrendamento clandestino foi uma das alternativas encontradas para o cultivo das terras.

Essa caracterização também influenciou diretamente no tipo familiar de artesãos, pois na ausência de um espaço de terra para cultivo ou uma outra atividade de trabalho essas famílias acabaram por produzir artesanato para conseguirem algum tipo de renda.

3.3 A importância da atividade artesanal para os povos indígenas.

O artesanato indígena faz parte do folclore e revela usos, costumes, tradições e características da cada povo que o transforma e produz, e tem seu valor apreciado através do trabalho manual de quem o transforma sem auxílio de ferramentas e mecanismos industriais.

O artesanato indígena é uma das mais belas e significativas formas de expressão cultural de quem o confecciona, considerando o emprego de técnicas tradicionais próprias, o uso exclusivo de matéria prima bruta, a ausência de qualquer instrumento industrial para confecção dos produtos define características únicas. Sendo este de

5FUNAI, Administração Regional de Passo Fundo. Quadro resumo da situação fundiária das terras indígenas no RS. Passo Fundo: 1999.

extrema beleza e de grande valor artístico, pois representa a expressão cultural do povo indígena brasileiro.

3.4 Artesanato kaingang expressões e valores.

O artesanato Kaingang é expressão cultural, sinal de pertencimento, que identifica o artesão como membro de uma comunidade Kaingang, através de seus grafismos e modelos com características próprias (fotos em anexo).

Do mesmo modo que a cultura e a identidade de qualquer povo, o artesanato também se recria. Assim, atualiza os seus produtos, podendo utilizar novos recursos, novos materiais, novas formas e usos atuais (chapéus, leques, abajures, bijuterias, recobrir canetas, etc.). Num processo que caracteriza as mudanças resultantes dos contatos interculturais. E, exatamente por esta renovação, que ele é expressão da cultura atual de uma comunidade, que na sua relação de contato, ela muda e se recria. Por outro lado, sempre será importante garantir as especificidades do povo que o produz. Através da expressão da sua cultura diferenciada, que trás significados próprios, usos tradicionais e adaptações contemporâneas, dentro de concepções estéticas, matéria prima tradicionalmente utilizada, ainda que acrescente elementos que atualizem o produto de acordo com o gosto do artesão e a expectativa do mercado consumidor.

O artesanato tradicional, ainda que recriado (produto de um diálogo intercultural) a partir do contato com a sociedade externa, não deixa de representar a expressão da cultura Kaingang afirmando a sua identidade etnicocultural.

3.5 A atividade artesanal na comunidade indígena de Guarita.

A atividade artesanal esteve sempre presente no cotidiano dos povos indígenas sobretudo como atividade culturalmente desenvolvida para rituais místicos, envolvendo o trabalho, familiar coletivo e o emprego de matérias-primas de caça e pesca, entre outras de diferentes usos no cotidiano das comunidades indígenas.

Já nos últimos anos (principalmente 15 anos aproximadamente), também influenciado pela relação de contato interétnico, essa atividade passou a se caracterizar como uma alternativa muito interessante do ponto de vista comercial para os artesãos indígenas, influenciado pelo mercado de consumo apreciador de artigos que se utilizam de matéria prima vegetal sem transformação e operação industrial. Isso é verificado

quando a forma tradicional de produzir o artesanato, ou seja, já não somente para um instrumento de uso essencial indígena se modela e direciona para um objetivo comercial, pois a partir do momento em que o artesão também sai de um sistema *simples* de troca de seus produtos artesanais por especiarias como roupa ou comida é que se caracteriza um novo modelo de sistema na cadeia produtiva do artesanato indígena.

O artesanato atualmente garante o sustento de muitas famílias da comunidade de Guarita, em muitos casos, chega a ser a atividade principal e quase que exclusiva na geração de renda através do trabalho familiar-coletivo. A diversidade de modelos produzidos atendem tanto o consumidor rural do interior dos municípios, como o consumidor urbano das médias e grandes cidades.

3.6 Caracterização de mercado justo e solidário.

Perante as dificuldades oriundas do sistema econômico vigente, bem como do processo de globalização, tornou-se necessário a busca por alternativas que visam solucionar o problema do desemprego e da miséria gerados por esta nova fase de internacionalização.

Em meio a esse processo de globalização que privilegia apenas parcela da população, surge então a chamada socioeconomia solidária ou simplesmente economia solidária, que se caracteriza por ser uma opção para estabelecer novas formas de organização da sociedade (Silva, R. R., Cleps G. D. G. 2009).

Entendendo o comércio justo como proposta que visa beneficiar principalmente produtores excluídos ou em situação de desvantagens localizados em uma determinada localidade, é necessário que a inserção destes grupos no mercado seja compreendida na perspectiva do desenvolvimento solidário e sustentável, de maneira que sejam beneficiados além do aspecto econômico, mas também cultural, ambiental, social e político (SEBRAE, 2004). Entende-se esta rede, na qual se incentiva a integração entre produtores e consumidores conscientes, preocupados com a qualidade social dos produtos, como Comércio Justo.

Atualmente é constante a discussão sobre a descaracterização dos bens culturais e a refuncionalização dos objetos, principalmente do artesanato. Deve-se ressaltar que essa descaracterização é devida, em parte, à dinamicidade da cultura e, em outra, pela a

inserção do artesanato no mundo globalizado, no qual alguns agentes sociais massificam os bens culturais e/ou insere-os na operacionalidade atual e na lógica do mercado de souvenirs.

O artesanato é uma atividade que pode ser analisada nas suas dimensões histórica, econômica, social, cultural e ambiental, possuindo assim, elevado potencial de ocupação e geração de renda no país, aliado a riqueza cultural e a forte vinculação com o setor de turismo. A atividade vai ao encontro das propostas conceituais do desenvolvimento local, mostrando-se como uma alternativa sustentável e até mesmo estratégica no crescimento econômico de certas localidades (Santos, et al., 2010).

Segundo o SEBRAE (2004), o comércio justo tem como objetivo principal o estabelecimento de um contato direto entre o produtor e o comprador, tirando-os da dependência de atravessadores e das instabilidades do mercado global de *commodities*⁶, evidenciando que a relação comercial entre eles precisa obedecer a princípios precisos para que possa ser considerada justa.

3.7 Território e territorialidade

Quando temos em mente a ocupação tradicional que os povos indígenas exercem sobre um determinado território, a categoria mais apropriada para pensarmos essa relação é “territorialidade”, definida por Little (2002, p.3) como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu “território”.

Para o povo indígena mais especificamente os Kaingang têm a concepção de que o território também ultrapassa as fronteiras das terras a eles destinadas pelo Estado Brasileiro. Como ressalta Tommasino, o território Kaingang:

comporta vários grupos locais onde se distribuem parentes e afins. Nesse espaço físico, grupos familiares (extensos ou não) e pessoas se movem constantemente, formando uma ampla rede de sociabilidade cujos indivíduos compartilham uma experiência histórica e se consideram partícipes da mesma cultura. Unifica-os, portanto, uma consciência mítica, histórica e étnica. Essa rede configura o todo social que expressa a unidade sócio-política mais ampla (TOMMASINO, 1995, p. 290).

⁶significando literalmente mercadoria, é utilizado para designar bens e as vezes serviços para os quais existe procura sem atender à diferenciação de qualidade do produto no conjunto dos mercados e entre vários fornecedores ou marcas.

Essa rede ou espaço de sociabilidade se estende por territórios diversos, por diferentes motivos, entre esses o caso da comercialização de artesanato onde o direito de transitar por esses diferentes locais é entendido como um espaço para a garantia para a sobrevivência da sua atividade momentaneamente. Tanto que alcançado esse objetivo as famílias retornam para o território das aldeias.

3.8 Identidade étnica.

Conforme Rodolfo Stavenhagen (1985), a antropologia definiu alguns critérios de indianidade, como a continuidade histórica entre a população indígena originária e a que atualmente se identifica como indígena. Mas se pensamos em termos genéticos e culturais, a continuidade sofreu muitas mudanças, com as mesclas ocorridas ao longo dos anos. Nesse sentido o aspecto cultural foi sendo “esquecido” em função também do novo contexto da forma de vida do povo Kaingang. Todas as praticas e fenômenos de globalização até mesmo de opressão com relação à cultura Kaingang tiveram reflexos e impactos negativos em sua perspectiva de identidade.

E durante esse período, a língua falada e o artesanato foi o grande vínculo do Kaingang com os *Rá*⁷ de suas metades, a atividade de cestaria foi sempre uma grande aliada dessa cultura nos mais variados tipos de trançados, cada um levando a simbologia e identidade de cada metade (JACODSEN J. D., 2013). Dessa forma por exemplo podemos perceber através do grafismo (*Rá*) presentes nos artesanatos pertencem a uma metade ou outra, de acordo com a descendência do artesão.

Dessa forma, pode-se inferir que o artesanato traz no seu bojo uma forma de resistência das culturas indígenas, por meio do qual reafirmam sua identidade perante a sociedade como um todo.

Portanto, o artesanato compõe um dos sinais diacríticos que marca a identidade de um determinado grupo, cujos elementos culturais materiais ou simbólicos possibilitam marcar a autoidentificação diante do outro. Assume significados em seus contextos específicos, ou seja, seguem normas e regras de produção que diferem de acordo com os destinos que terão. Por exemplo, um ornamento produzido para a comercialização recebe tratamento diferenciado daquele que se destina ao uso ritual do

⁷Para o Kaingang, tudo se integra uma das duas metades exogâmicas, sejam objetos inanimados (cestos, peneiras), animais (onça, macaco, cobra) ou plantas (pinheiro, sete-sangrias), e os Kaingang pertencem a uma ou outra metade tribal (Kamé ou Kanhru-kré).

grupo. Mas isso não impede que as peças destinadas à comercialização tragam no seu bojo a organização da produção tal qual as destinadas ao ritual.

3.9 Sustentabilidade étnica ou etnodesenvolvimento.

Segundo Branderburg (1998), “Desenvolvimento” sempre constituiu tema importante de discussão, principalmente para a economia, e, nesse sentido, traz a ideia implícita de que as dimensões sociais, políticas, culturais ou antropológicas são consequências do desenvolvimento econômico ou determinadas por ele.

Já o etnodesenvolvimento seria o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade. Nessa concepção desenvolvimento tem pouco ou nada a ver com indicadores de “progresso” (por exemplo PIB, renda *per capita*). Na definição de Stavenhagen (1985), o etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas terras, seus recursos, sua organização e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado e o estabelecimento de relações segundo seus interesses.

Nesse mesmo sentido Iara Ferraz, faz uma categórica definição no contexto abrangente das sociedades indígenas brasileiras: “E o desafio permanente consiste em se reproduzirem como sociedades etnicamente diferenciadas e lidar, ao mesmo tempo, com condições materiais de existência cada vez mais adversas e multifacetadas” (FERRAZ, 1997).

No entanto, essa definição ou busca de uma forma ou modelo de desenvolvimento para as comunidades indígenas devem ter como fundamento a etnicidade, ou seja, a forma como se dará essa gestão deve respeitar a especificidade de cada grupo étnico. Não pode haver um modelo pronto, em que todas as nações indígenas devam seguir. Em cada caso deverá se conhecer e se aprofundar sobre seu próprio formato de gestão.

O etnodesenvolvimento, que perdure no tempo e beneficie a atual e as futuras gerações, necessita de sabedoria e conhecimento, para que as escolhas e decisões tomadas sejam responsáveis e para que não agravem os problemas que pretendem resolver.

4. REFERENCIAL METODOLÓGICO.

4.1 Metodologia de pesquisa.

Estudar o funcionamento de um sistema de produção consistiu em mostrar a lógica do encadeamento das decisões que os produtores tomam para realizar o processo de produção a partir dos meios de produção disponíveis, frente aos objetivos e desta maneira interpretar o comportamento do sistema (LIMA A. P. de et all 2005) . Através de métodos que caracterizam tipo de pesquisa como sendo quantitativa usada como método para descrever e explicar fenômenos de forma estatística numérica. No entanto, podemos identificar outro tipo de investigação dado como qualitativa que vem sendo promissora de possibilidade de investigação (NEVES, 1996). A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.

Segundo PORTELA (2004), os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados não são numéricos e se valem de diferentes abordagens. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são requisitos básicos no processo de pesquisa qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Entre os mais aplicados, estão a entrevista em profundidade (individual e grupal), a análise de documentos e a observação participante, conforme Malinowski.

Na observação participante o pesquisador se torna parte da situação observada buscando partilhar o seu cotidiano para sentir o que significa estar naquela determinada situação. O observador não é apenas um espectador ele se coloca na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno a ser observado. Nessa relação de proximidade colhe dados e se torna parte contexto da observação ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este (MALINOWSKI B. 1975).

É mediante o ato intelectual de observar o fenômeno estudado que se concebe uma noção real do ser ou ambiente natural, como fonte direta dos dados. A observação

torna-se uma técnica científica a partir do momento em que passa por sistematização, planejamento e controle da objetividade (RICHARDSON R. J, 1999). A observação ajuda muito o pesquisador e sua maior vantagem está relacionada com a possibilidade de se obter a informação na ocorrência espontânea do fato.

Devido à especificidade do objeto de estudo a ser pesquisado, esse estudo caracteriza-se como sendo do tipo observação participante. Através das características da pesquisa qualitativa de objetivação do fenômeno, chegaremos ao pressuposto de hierarquização das ações entre descrever, compreender e explicar.

4.2 Local/ contexto do estudo.

A pesquisa se desenvolveu na comunidade Indígena Kaingang de Guarita delimitando as comunidades pertencentes ao município de Tenente Portela nos setores de Pedra Lisa, Três Soitas, Linha Esperança e Km 10 (residem neste município 420 famílias aproximadamente). E desenvolveu-se, principalmente, pela observação presente, através da participação no dia-dia dos grupos de famílias artesãs, como forma de registro.

Os objetos de estudo, ou seja, as famílias foram selecionadas aleatoriamente nas quatro comunidades envolvidas com artesanato sob diferentes maneiras, esporádico, parcialmente e total (nível de envolvimento com atividade artesanal).

A denominação dos sujeitos pesquisados os quais aparecem em depoimentos deu-se por meio de nomes de animais silvestres encontrados na mata da terra indígena descritos na língua Kaingang, preservando a identidade dos mesmos, como segue abaixo:

Kaingang	Português
<i>Fãfã</i>	Tatu
<i>Fojit</i>	Ouriço
<i>Góg</i>	Bugio
<i>Grun</i>	Jagatirica
<i>Kãkékrin</i>	Tamanduá
<i>Jotiti</i>	Serelepe
<i>Kajer</i>	Macaco
<i>Míg sá</i>	Onça preta
<i>Mig si</i>	Gato
<i>Peni</i>	Tartaruga
<i>Pepo</i>	Sapo
<i>Pyn</i>	Cobra

4.3 Coleta de dados.

A coleta dos dados se deu através da investigação descritiva através da metodologia de observação participante e sendo o observador parte do grupo observado facilitou na interpretação dos fatos observados e compreensão da realidade.

Os dados recolhidos através da observação participante foram complementados pelas informações que se obtiveram através de: transcrições de observações, notas de campo, fotografias, vídeos, familiaridade com o ambiente, pessoas e outras fontes de dados, logicamente além do convívio dentro da aldeia. Utilizando-se da metodologia de estudo para se chegar aos objetivos propostos.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.

5.1 Identificação caracterização dos artesãos.

Como comentado anteriormente a atividade artesanal é uma das principais atividades econômicas da aldeia, e no caso do município de Tenente Portela isso talvez é um fator muito relevante pois considerando o número de famílias que se identificam ou se dedicam a atividade, chega a um número bastante expressivo, quando no início deste ano o Departamento de Assuntos Indígenas repartição administrativa junto ao município de Tenente Portela, realizou um levantamento dos artesãos indígenas do município e foram cadastrados 220 artesãos em atividade.

Também neste mesmo levantamento foram identificados 12 grupamentos de famílias e 3 associações que desenvolvem juntamente seus trabalhos de coleta de matéria prima, confecção, pinturas, e posteriormente também durante a comercialização essas famílias também deslocam-se em grupos.

As famílias que se dedicam a atividade artesanal escolhem períodos do calendário anual para intensificarem suas produções e saírem para a comercialização aproveitando os períodos que antecedem principalmente Páscoa e Natal, períodos conhecidos como os picos de produção e comércio de artesanato. Também o número de famílias que passam a dedicar-se a produzir artesanato aumenta consideravelmente nesta época, diferentemente de outros grupos de famílias que permanecem durante o ano todo na atividade.

Os lugares ou cidades preferidos atualmente pelos artesãos são na região noroeste do estado - Ijuí, Cruz Alta, Panambi, e da região central - Santa Maria, Santa Cruz – e para Lajeado, na região nordeste do Estado,

5.2 Em relação à saída das famílias para a comercialização.

Nesse sentido cabe ressaltar que é muito comum que durante o período de comercialização para fora da aldeia o acompanhamento da família nesse processo é desenvolvido principalmente por mulheres caracterizando um aspecto muito interessante, pois, durante o processo de fabricação dos produtos os trabalhos são desenvolvidos por toda a família.

Segundo os artesãos isso se dá pelo motivo de que as mulheres indígenas possuem melhor facilidade para o comércio, sendo essa parte quase que exclusiva para as mulheres. Da mesma forma é muito comum que as crianças acompanhem as mães nesses momentos, pois, segundo muitas artesãs responderam durante a pesquisa que:

“Para nós índios não podemos deixar nossas crianças as índias nunca deixam seus filhos porque perto da gente eles ficam bem melhor cuidados, e longe da gente eles ficam lá na área sem ninguém cuida” (Fãfã)

“Sempre levo meu filho junto porque ele já vai aprendendo a briquear e daí ele já fica comigo também” (Fojit)

“Nunca uma mãe índia deixa seu filho longe” (Góg)

Em relação a esse processo durante a comercialização se percebe e é característico sempre a presença das crianças, o que muitas vezes pode representar um problema de risco social aos olhos da sociedade, na visão das mães indígenas isso é simplesmente o laço de ligação entre as famílias Kaingang, e nesse sentido como pode ser visível na maior parte das cidades onde os indígenas saem para comercializar, porém assim como relatos dos artesãos se vê a importância dessa relação:

“Se eu vou viajar pra outras cidades quero que meus filhos também possam ir junto pra conhecer outros lugares” (Grun)

“Eles também gostam de sair da aldeia e viajar” (Kâkékrin)

“Quando posso comer uma coisa diferente e boa fora da aldeia quero que meus filhos também possam experimentar também, por isso também levo eles junto” (Jotiti)

Percebesse um fato bastante interessante através desses depoimentos, pois o conceito e sobretudo o a afirmação do exercício de territorialidade também se torna visível pois o só o fato de as famílias saírem de seu ambiente da aldeia a satisfação em somente poderem conhecer e estar em diferentes lugares já se torna gratificante o sentido de ser social.

Nesse sentido também as escolas indígenas também já sentem a evasão dos alunos, pois segundo professores e diretores esse fenômeno é muito perceptível quando

principalmente em abril e dezembro alguns pais de alunos procuram as escolas para avisar que esses faltarão aulas por alguns dias durante esses períodos de comercialização.

Segundo os diretores e professores de escolas:

“Sempre em abril e dezembro temos problemas com alunos que acompanham os pais pra vender artesanato fora” (Mig si)

“O problema maior é com o mês de dezembro pois é o período de final de ano e provas, mas entendemos as condições e necessidades desse processo” (Peni)

“A escola tenta ser flexível nesse sentido pois é um processo cultural e natural que também sempre discutimos com o grupo de professores” (Pépo)

“Até mesmo os funcionários da escola pedem liberação para poderem viajar e comercializa artesanato” (Pyn)

Para a escola esse processo já se tornou comum, mas tem se afirmado e aumentado a cada ano, na opinião da mesma a ausência dos alunos as aulas é sim prejudicial para o ensino, pois as aulas seguem normal para os demais alunos e quando esses que saem tem que recuperar o tempo perdido. Por outro lado sentem a necessidade de compreender a situação, pois por serem escolas indígenas e afirmação da cultura kaingang passa pelo ensino nas escolas e esse fato é entendido como uma manifestação da identidade cultural também apoiado pelo grupo escolar.

As mesmas tem contornado essa ausência dos alunos com aulas extras de reforço para recuperar os conteúdos quando os alunos retornam. Outro problema em relação a esse fato é em relação a permanência dos alunos nas aulas é com o programa Bolsa Família⁸, onde a permanência e frequência nas aulas são determinantes para a manutenção do benefício essa tem sido uma das maiores preocupações das escolas com as saídas das famílias para a comercialização.

Outro fato importante é que as escolas desenvolvem oficinas de artesanato na própria escola onde os alunos ou quem tiver interesse ou não saiba confeccionar aprende na escola com os artesãos a produzir o artesanato Kaingang, como forma de preservação da cultura através dessa atividade.

⁸O Programa Bolsa Família (PBF), criado em outubro de 2003, é um programa federal de transferência de renda com condicionalidades. Gerido pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

5.3 Relevância da atividade artesanal em comparação com outras atividades.

Da mesma forma que o estudo aponta que o crescimento da atividade tem sido intensificada nos últimos anos a importância da mesma para a subsistência das famílias também deve ser considerada, pois durante a pesquisa muitos artesãos ressaltam que tem a produção artesanal como importante ou se não a principal fonte de renda da família, da mesma forma que como abordado anteriormente no processo de ocupação agrícola a grande maioria das famílias não possuem áreas de terra para produzirem e os projetos e políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura acabam não contemplando os artesãos diretamente pelo contrário a medida do avanço da área agricultável influencia na disponibilidade de determinadas matérias prima utilizadas na confecção dos produtos. Caracterizando a parcela da população que não faz uso da agricultura ou não possui meios para isso (falta de terras) para geração de renda tendo o artesanato como principal ou única atividade de trabalho.

Outro dado importante foi em relação aos programas sociais onde a grande maioria das famílias também são beneficiárias do Bolsa Família e segundo alguns relatos dos artesãos antes de se dedicarem a atividade o programa era a única fonte econômica da família.

Outra comparação nesse sentido apontada pelo estudo é em relação a oferta de trabalho na região principalmente em frigoríficos próximos da aldeia, funcionários de escolas, funcionários da saúde indígena, esses mesmo que possuam uma atividade remunerada fixa também em algum momento se dedicam ao artesanato como uma complementação adicional de renda aproveitando os períodos de maior saída desses produtos como Páscoa e Natal.

Sendo assim verifica-se que a atividade se faz presente na maioria do cotidiano das famílias seja esporádico ou permanente caracterizando o grau de importância da mesma na geração ou complementação de renda das famílias indígenas.

5.4 Em relação aos produtos confeccionados, tipos tamanhos valor agregado.

À medida que a atividade vem se desenvolvendo durante os períodos, também ocorre uma determinada caracterização dos artesãos, no sentido de sua condição de contato interétnico perceber o comportamento do mercado consumidor de artesanato,

onde os produtos anteriormente produzidos como principalmente as sestarias eram quase que exclusivos como peças de trabalho agrícola no meio rural. No entanto da maneira como os artesãos foram sentindo que a saída dos produtos com detalhes ou modelos diferentes e melhor trabalhados esses passaram a ser mais produzidos porque naturalmente são mais vendidos. Aqui caracteriza-se uma importante observação pois o comércio de artesanato se modeliza a partir da demanda do mercado consumidor e o artesão atua como indivíduo que sofre uma constante mudança ou necessidade de se afirmar ou reconhecer-se em um sistema capitalista com um mercado consumidor comum homogeneizador.

Na concepção do artesão indígena a sua identidade ou sobrevivência frente aos mercados organizados de produtos artesanais esta muito mais vinculada à satisfação das suas necessidades resistindo dentro de um sistema capitacional mantendo características de tradicionalidade. Quer dizer, que mesmo que ele se submeta as condições e expectativas do mercado não será parte de uma cadeia produtiva organizada, o que se busca demonstrar é a complexidade de se analisar ou definir um modelo de mercado para o artesanato indígena.

Nesse sentido os princípios de mercado justo e solidário são os que mais se aproximam da pratica indígena de fazer comércio pensando principalmente em um modelo que fortaleça a diferenciação e principalmente leve em consideração o valor agregado do produto, pois os produtos artesanais indígenas representam em si a identidade de um povo, e a manipulação e o trabalho manual torna na matéria prima vegetal características únicas muito pessoais. E esse fator pode ser evidenciado e valorizado no processo de formação do preço dos produtos ainda muito particular entre os artesãos e pouco definido, não há uma pré-definição de valores sobre os produtos entre os artesãos, ao que se percebe pela pesquisa:

“O preço varia de produto a produto às vezes tem um preço, mas se não sai a gente muda” (Góg)

“depende também do lugar que a gente vai se é aqui na cidade mesmo a gente vende barato, mas se é fora ai a gente ganha mais” (Jotiti)

“por isso que fazemos bastante artesanato se vende barato rende pouco” (Grun)

“botamos um preço, mas geralmente eles sempre reclamam ai tem que vende mais barato” (Kãkékrin)

Há uma grande disparidade na formação dos preços dos produtos e ao que se percebe o artesão indígena pouco se preocupa com o valor real de quanto seu trabalho pode ser alcançado tão pouco faz a contabilidade, se utilizando de mecanismos para ele mais amplos como a satisfação do trabalho que faz se consegue vender tudo que produziu na oportunidade, de somente poder sair de seu ambiente de costume, etc.

Outro fator importante é da não vinculação a produção em escala de um mesmo produto como, por exemplo, sobre encomendas de lojas populares onde pedem grandes encomendas e os artesãos não se prendem a esse processo, pois a preocupação esta em conseguir vender o que produziu naquele determinado momento, assim a produção em escala de um mesmo produto poderia influenciar na disponibilidade de matéria prima para sua produção anualmente.

Para todos os aspectos relacionados à venda e os rendimentos obtidos o conceito de valor agregado possui grande importância no contexto de atribuir valor ao trabalho dos artesãos conseqüentemente ser o mecanismo gerador de renda para o artesão, onde o valor apreciado do trabalho juntamente com a caracterização da identidade cultural, uso de matéria prima vegetal renovável, pode sim contribuir para o processo de formação dos preços dos produtos tornando o artesão menos refém dos consumidores na questão do valor dos produtos que é o definidor da geração da renda. Não necessariamente tornar o artesão competitivo ou de otimização da produção, mas torná-lo como conhecedor e peça fundamental nesse processo de agregação para sua auto realização.

Da mesma forma os produtos também exigem uma constante diferenciação de acordo com a expectativa do consumidor levando-o a cada momento para a inovação nos modelos produzidos. No entanto a facilidade ou habilidade de cada artesão para manipular a matéria prima também não tão homogênea enquanto alguns conseguem se adequar fácil ou melhor acabamento e apresentação de seus produtos outros não possuem a mesma facilidade e a disparidade dos produtos de uma mesma matéria prima se torna evidente, o que resulta também num diferente rendimento.

Ocorre, portanto uma grande necessidade de capacitação entre os próprios artesãos pois o uso e disponibilidade de matéria prima é o mesmo para todos e o designe e acabamento dos produtos definira o grau de valor dos rendimentos a serem obtidos.

5.5 As políticas publicas existentes.

O município de Tenente Portela concentra a maior parte dos artesãos de Guarita, essa parte também representa as famílias mais organizadas em grupos e associações, essa organização segundo eles se deu da necessidade de buscarem apoio externo do município, estado, ONGs, para principalmente adquirir tintas para pintura, painéis e tachos para pintura de molho, pirografos para grafismo em madeira, entre outros.

Dessa forma o município dispõe através do Departamento de Assuntos Indígenas um programa de apoio aos artesãos que disponibiliza tintas para pintura e passagens para as viagens dos artesãos mais especificamente nos períodos considerados de maior atividade produtiva antecedentes a Páscoa e Natal e em menor grau durante o restante do ano, esse departamento também realizou um cadastro dos artesãos e seus grupos para definir suas ações e orçamentos para esse fim, foram cadastrados mais de 220 artesãos divididos em 12 grupos e três associações é adotado um critério de 8 passagens para cada grupo na ocasião da Páscoa e Natal ai o próprio grupo escolhe ou sorteia as passagens para os beneficiários, no decorrer do ano dependendo do destino o departamento também disponibiliza algumas passagens, já as tintas são distribuídas para cada grupo e esses fazem seus trabalhos coletivamente.

Nesse ano também o departamento indígena junto com o FGTAS (Fundação Gaucha do Trabalho e Ação Social) fizeram a carteirinha de artesão para os indígenas documento que identifica o trabalhador em sua atividade também serve como credencial para participação em feiras.

Através da carteirinha de identificação de artesão também é possível conseguir um pequeno crédito (R\$ 200,00 pagável em 4 parcelas) junto ao Banco do Brasil através de uma linha de apoio para esse fim, o crédito é principalmente utilizado para as viagens dos artesãos quando não conseguem passagens nos grupos.

Outro significativo órgão atuante em Guarita junto aos artesãos é o COMIN (Conselho de Missão Entre Índios) órgão não governamental que atua no fortalecimento da organização indígena e também desenvolve ações de apoio aos artesãos. Esse mesmo órgão lançou em 2011 o livro “Artesanato Indígena Kaingang e Guarani” elaborado em parceria com as escolas e universitários fazendo referência a toda a dinamicidade que envolve a atividade artesanal entre esses dois povos.

Nos dois últimos anos também os grupos de artesãos passaram a receber subsídios em materiais através do programa de “Participação Cidadã” parte dos recursos do programa através do projeto de Apoio ao “Etnodesenvolvimento das Comunidades

Indígenas do RS” como tintas para pintura e outras ferramentas para facilitação de trabalho.

Há um consenso das diferentes instituições que a atividade artesanal precisa de apoio, pois representa um alto grau de geração de renda para as famílias de artesãos, porem ainda é perceptível a ausência de um programa de projeto consistente que vise o desenvolvimento da atividade ao longo dos anos.

5.6 Perfil do consumidor.

Para essa análise se seguiu de acordo com os relatos dos artesãos pela convivência e experiência dos mesmos ao que se percebe há uma grande diferenciação dos compradores de artesanato e a forma como esses se comportam para adquirir os produtos em geral naturalmente o fazem por motivo de possuir uma peça ou molde diferente da indústria tanto que a preocupação em saber o significado da peça caracteriza a identidade de um povo traduzido em uma matéria prima vegetal renovável. E essa analogia se torna fundamental para se definir um método de valor agregado para os produtos artesanais indígenas.

E ainda assim nesse sentido aos poucos os artesãos tem adotado estratégias de venda que tem aos poucos tem dado resultado, quando esses no momento da “pechincha” os artesãos apresentam seus produtos falando da representação do trabalho empenhado na transformação, a manipulação da matéria prima bruta, a coleta e fisiologia vegetal da planta na natureza, como por exemplo a coleta ou corte seletivo e minimante impactante de um galho de arvore que foi transformado em uma peça, ou a seleção consciente de ramos de cipó ou taquaras, acabam por influenciar a compra de um produto que é renovável e se utiliza de métodos sustentáveis para o meio ambiente.

Esse pequeno mas importante domínio de estratégia tem conquistado boa parte dos consumidores que aos poucos conseguem visualizar esse processo.

Naturalmente ainda é dominante a classe de consumidores que adquirem os produtos sem um motivo aparente somente pela imagem da peça esses também são os que mais desvalorizam o produto e adquirindo por valores os quais consideram por si adequados (baixos).

Mas o importante e o foco de se saber minimante do perfil do consumidor é justamente de se desenvolver estratégias de valor agregado para o étnodesenvolvimento da atividade. Sendo assim os processos de capacitação e formação dos artesãos para

fortalecerem sua atividade produtiva se concentram no melhor acabamento e *design* dos produtos e conseqüentemente na venda dos mesmos como matérias visuais como catálogos, livros, fotos informativas sobre o processo de produção que poderiam auxiliar os artesãos durante suas vendas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Após a análise do resultado do estudo pode-se concluir que a dinâmica produtiva da atividade artesanal na Terra Indígena Guarita esta em grande processo de afirmação como uma atividade geradora de renda para as famílias e o numero de famílias que cada vez mais se dedicam a isso é crescente.

Naturalmente essa afirmação leva a necessidade de se construir estratégias de fortalecimento da atividade relacionadas ao processo de comercialização. Começando pela dinâmica de saída das famílias onde o processo cultural de acompanhamento familiar inclusive com as crianças exige uma atenção especial pois não havendo a compreensão da visão social sobre esse fator onde as crianças estarem passando por um processo “natural” cultural ficam a mercê da opinião publica, esse processo poderia ser mais discutido entre os artesãos para que quando esses saírem para as comercializações que esse processo fosse em um período curto de ausência das escolas ou já que as cidades escolhidas são geralmente as mesmas que essas recebessem algum tipo de atenção, nesse sentido as casas de passagens de artesãos nessas cidades poderiam ser rediscutidas como espaço de aconchego e para a finalidade de acompanhamento social

as crianças enquanto os pais trabalhassem normalmente. Essa possibilidade já foi sugerida em muitas ocasiões pelos próprios artesãos junto ao poder público nos municípios.

A organização em grupos e associações é um fator importante para a busca de articulação dos artesãos não somente para o trabalho coletivo ainda nas aldeias mas para se pensar em formação capacitação gerencial econômica da atividade. Inicialmente pela formação técnica produtiva para uma melhor caracterização e acabamento dos produtos para agregar valor, através dessa capacitação trabalhar a formação dos valores dos produtos determinante no rendimento financeiro.

A formação gerencial também pode proporcionar um efeito de valorização do indivíduo como artesão, pois se esse conhecer toda a contabilidade por ele produzida verificará o grau de renda gerada pelo trabalho que para ele é desenvolvido culturalmente “com muita naturalidade”. E o conhecimento dessa contabilidade é quase nula ou desprezada, pois a preocupação do artesão se concentra em mais conseguir vender o que produziu do que calcular ou imaginar as possibilidades de ganhos.

As estratégias de venda através da informação e conhecimento do trabalho empregado no produto tem se mostrado eficiente num propósito de ganho pelo valor real. Para fortalecer essa hipótese poderiam ser desenvolvidos materiais de divulgação, informativos para visualização como livros, folders ou catálogos algo que chamasse a atenção para de fato conquistar os consumidores através da apresentação do trabalho artesanal.

As políticas públicas existentes são sim muito oportunas e tem contribuído para apoiar o trabalho das famílias, no entanto há uma carência no sentido de um programa consistente desde a produção na aldeia até a permanência dos artesãos em outras cidades, o que seria discutível é a formação de uma rede de cooperação entre os municípios para a informação sobre a origem, saída e permanência das famílias fora da aldeia, o apoio local a esta em somente para garantir que o artesão possa viajar para outras cidades apartir daí os artesãos já não tem nenhum apoio de seu local de origem caso ocorra algum problema em outra cidade este não sabe a quem recorrer ou a liderança indígena ou o próprio município de origem do artesão para um melhor atendimento ou recebimento deste em suas jurisdições, até mesmo do fato de saber minimamente o período que o artesão permanece fora da aldeia.

Embora identifiquem algumas dificuldades no processo de comercialização, ainda assim os Kaingang veem nesta atividade a perspectiva de se fazerem conhecer como grupo étnico, que apresenta uma cultura diversa do “branco” e, nesta perspectiva, dá sentido à autoidentificação positiva, respaldada na prática pela aceitação do artesanato adquirido pelos não-indígenas. Assim, essas práticas comerciais também têm significado de re-elaboração de elementos da sua identidade, muito embora estejam conscientes do preconceito e da discriminação dispensados a eles pelos transeuntes que circulam pelas ruas das cidades onde esse artesanato é comercializado.

A importância deste estudo se direcionou em demonstrar o alto grau de dinamicidade da atividade artesanal Kaingang na terra indígena de Guarita, e demonstrou minimamente a necessidade de desenvolver mais e melhores estudos sobre esses processos que envolvem a atividade como um todo, até mesmo porque se refere a um grupo cultural diferenciado em suas formas de visualizar o estabelecimento de medidas que mesmo que venham fortalecer suas formas de trabalho pode ter diferentes formas de adoção. Porém precisam ser discutidas e analisadas pois representam uma importante forma de geração de renda para um povo que busca sua sobrevivência através de seu trabalho cultural como uma manifestação de sua identidade cultural.

7. BIBLIOGRAFIA.

BRANDENBURG, A. *Agricultura e desenvolvimento sustentável*. Agronegócio Brasileiro: Desafios e Perspectivas, Brasília: Sober, v. 2, p. 683-694, 1998.

FERRAZ, I - Observações acerca da produção de pessoas e bens entre as sociedades Tupi do Sudeste do Pará - Comunicação apresentada no seminário A presença de Galvão na Antropologia Brasileira, Belém, 1997.

JACODSEN J. D. org KAINGÁNG S. F. **Êg Rá Nossas Marcas**. Inbrapi 2013.

LIMA, Arlindo Jesus Prestes de. et all. **Administração da unidade de produção familiar. Modalidades de trabalho com agricultores**. 3 ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília: UnB, 2002. Série Antropologia n° 322. 32p.

MALINOWSKI B. **Uma teoria científica da cultura**. São Paulo: Zahar;1975.

MARX, K. **O capital**, Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998

MATTE, D. C. **Etnicidade entre os Universitários Kaingang na UNIUI.** Ijuí, UNIUI, dissertação de Mestrado, 2001.

_____. Um estudo sobre as dinâmicas simbólicas, sociais, econômicas, políticas e identitárias entre os Kaingang de Guarita – RS. Subsídios para o Programa de implantação de florestas em regime de exploração sustentada com ações de segurança alimentar, infraestrutura de produção e social básica na área indígena de Guarita – Tenente Portela e Redentora – RS – Programa RS Rural Públicos Especiais Povos Indígenas, 2005.

NEVES. CADERNO DE PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO, SÃO PAULO, V.1, N 3, 2* SEM./ 1996.

PORTELA, G.L. **Abordagens teórico-metodológicas.** Projeto de Pesquisa no ensino de Letras para o Curso de Formação de Professores da UEFS, 2004.

RIBEIRO, Zico. **Caracterização e Uso de Recursos Vegetais para o Artesanato Kaingang na Terra Indígena de Guarita, Município de Tenente Portela. RS.** Monografia (TCC) -Agronomia – UNIUI, 2010.

RICHARDSON R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo:Atlas;1999.

SANTOS, T. S. ; NASCIMENTO, J. P. B. ; BORGES, G. F. ; MORAES, A. F. O. ; TEIXEIRA, E. . **O Artesanato como elemento impulsionador do Desenvolvimento Local. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2010, Resende/RJ. VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - Seget, 2010.**

SANTOS, Daiane Amaral dos; et. al. **Aqui é bom de vender: uma análise do fluxo itinerante dos Kaingang em Santa Maria.** Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas UFSM: Santa Maria, 2010.

SEBRAE, **Termo de Referência Sebrae para o Comércio Justo.** Serie mercado 2004.

SEGeT. **Capital Social, Comércio Justo e Artesanato: um estudo de caso.** II Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2005.

SILVA, R. R.; CLEPS, G. D. G. **O lugar e as formas de comercialização dos produtos e serviços da socioeconomia solidária em Uberlândia - MG.** Horizonte Científico (Uberlândia), v. 1, p. 1-25, 2009.

SOMPRÉ, José U. **Políticas Públicas e Sustentabilidade: Projeto RS RURAL na Terra Indígena Guarita – Setor Três Soitas.** Ijuí: UNIJUI, março 2007.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Etnodesenvolvimento: Uma Dimensão Ignorada no Pensamento Desenvolvimentista.** *Anuário Antropológico/1984/1985.* Rio de Janeiro: Tempo Brasiliense, 1985.

TEIXEIRA, E. B. **Manual de Orientação para Elaboração do Projeto de Pesquisa e Dissertação.** Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado) em Desenvolvimento. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 1. ed, Ijuí, 2009.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingang da Bacia do Tibagi:** uma sociedade Jê Meridional em movimento. São Paulo, 1995. 340p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

Foto 1: Cestarias Kaingang, fonte Ribeiro 2012.



Foto 2: Grafismo (Rá) a esquerda Kanhru, direita grafismo kame Fonte Ribeiro 2012.



Foto 3: Artesanato em madeira, fonte: Departamento indígena de Tenente Portela 2013.



Foto 4: diversidade de artesanatos em exposição, fonte: Departamento Indígena 2013.



Foto 5: a imagem mostra perfeitamente o acréscimo de materiais nos artesanatos nas canetas, linhas de lã e vegetais. Fonte Departamento Indígena 2012.



Foto 6: artesanatos para o Natal Fonte: Departamento Indígena 2012.



Foto 7 : Artesanato para a Páscoa fonte: Departamento Indígena 2013.



Foto 8: Trabalho familiar coletivo. fonte: Departamento Indígena 2012.



Foto 9: Trabalho familiar coletivo. Fonte Departamento Indígena 2012.



Foto 10: Pintura dos materiais. Fonte Departamento Indígena 2013.



Foto 11: Pintura dos Materiais. Fonte Departamento Indígena 2013.



Foto 12: Artesã tirando trabalhando com Cipós (tirando a casca) fonte Departamento Indígena 2012.



Foto 13. As oficinas de artesanato nas escolas. Fonte Departamento Indígena 2013.



Foto 14: Família saindo para a comercialização acompanhamento das crianças. Fonte Departamento Indígena 2013.



Foto 15: exposição em feiras. Fonte Departamento Indígena 2012.



Foto 16: A matéria prima usada é encontrada tanto em áreas de mata quanto em capoeira (sujeitas ao avanço da agricultura).



Foto 17: um dos grupos organizados em famílias, PÁRI setor Pedra Lisa. Fonte Departamento Indígena 2012.

